

Prospectiva (Frutal).

Inclusão de libras como disciplina no ensino fundamental.

Maria Paula Souza Silva.

Cita:

Maria Paula Souza Silva (2016). *Inclusão de libras como disciplina no ensino fundamental*. Frutal: Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/repositorio.digital.uemg.frutal/39>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pZsz/3pK>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Maria Paula de Souza Silva



Inclusão de Libras como
disciplina no Ensino médio

COLEÇÃO
Produzir Cidadania

EDITORA
PROSPECTIVA

Maria Paula Souza Silva

Inclusão de libras como disciplina no ensino
fundamental

Frutal-MG
Editora Prospectiva
2016

Copyright 2015 by Maria Paula Souza Silva

Capa: Jéssica Caetano

Foto de capa:

[http://1.bp.blogspot.com/_Yy7jXAWcV2U/TGxNc2i7YEI/AAAAAAAAs8/tLcgyGsQiRg/s1600/AULA+DE+LIBRAS+\(9\).JPG](http://1.bp.blogspot.com/_Yy7jXAWcV2U/TGxNc2i7YEI/AAAAAAAAs8/tLcgyGsQiRg/s1600/AULA+DE+LIBRAS+(9).JPG)

Revisão: A autora

Edição: Editora Prospectiva

Editor: Otávio Luiz Machado

Assistente de edição: Jéssica Caetano

Conselho Editorial: Antenor Rodrigues Barbosa Jr, Flávio Ribeiro da Costa, Leandro de Souza Pinheiro, Otávio Luiz Machado e Rodrigo Portari.

Contato da editora: editorapropectiva@gmail.com

Página: <https://www.facebook.com/editorapropectiva/>

Telefone: (34) 99777-3102

Correspondência: Caixa Postal 25 – 38200-000 Frutal-MG

Silva, Maria Paula Souza.

Inclusão de LIBRAS como disciplina no ensino fundamental/ Maria Paula Souza Silva. Frutal: Prospectiva, 2016.

ISBN: 978-85-67463-99-5

1. LIBRAS. 2. Ensino fundamental. 3. Surdo. I. Silva, Maria Paula Souza. II. Universidade do Estado de Minas Gerais. III. Título.

Aos meus pais, amigos e colegas de
turma. Pelo apoio e incentivo na
realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu a força e a fé necessária para chegar até o final do curso. Agradeço aos meus pais Lucia Aparecida da Silva e Adalberto Souza da Silva que sempre me ampararam nos momentos difíceis, me possibilitando chegar até aqui. Estendo meus agradecimentos a meu filho Arthur Antônio o motivo de manter firme nos estudos. Agradeço a minha orientadora Prof.^a Ana Maria Braga Taveira que em nenhum momento me desamparou ou decepcionou seja em sala ou como orientadora, acreditando e tendo o máximo de paciência com meus erros, a direção das escolas Municipal Pedro Gonçalves, Estadual Santo Antonio, Estadual Alonso de Moraes Andrade e a Instituição APAE Maria Paula pela paciência e carinho com que me tratou e recebeu as questões da pesquisa realizada.

Agradeço aos meus colegas de classe Aldeane José Gomes, Aline Aparecida dos Santos Silva, Bruno de Melo Zanini, Caio César de Paula Pereira, Carlen Sales Silva, Cássio Garcia Queiroz, Dayane Bezerra de Lima, Eliane Borges Nunes Barbosa, Elisângela Garcia da Silva, Fernando de Souza Tamburús, Geovani Andrade Silva, Inêz Cristina

Martins, Luana de Pádua Soares e Figueiredo, Magali Cardoso de Menezes, Maria Paula de Souza Silva, Marly Borges de Oliveira, Matheus Machado Silva, Paulo Luciano de Oliveira Crespo e Vitor Borges Carneiro de Oliveira que me ajudaram e contribuíram de forma direta ou indireta para meu crescimento acadêmico e como pessoa.

Às professoras Ana Lázara Chagas, Angela Machado de Paula, Cristiane Freitas de Azevedo Barros, Eliana Aparecida Panarelli, Leandro Pinheiro, Luana Moreira Marques, Lúcia Elena Franco Brito, Marli Graniel Kinn, Izabel, Marcela, Eduardo Rodrigues Ferreira, Leandro de Souza Pinheiro, Millôr Godoi Sabará, Rafael de Ávila Rodrigues, Sérgio, Thiago Torres Costa Pereira e Wagner César Rédua por ter me transmitido conhecimentos geográficos relevantes nas etapas abrangidas pelo curso de Licenciatura em Geografia e como ciência.

“O resultado mais sublime da
educação é a tolerância”.
Helen Keller

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Aluno Alexandre Meirelis Cabral, exemplo da inclusão realizada na escola Municipal Pedro Gonçalves

Figura 2-Aluno Fares Jabur Maluf no intervalo da Escola Estadual Santo Antônio, a foto foi tirada quando o aluno ingressou na instituição de ensino fundamental 2

Figura 3- Prova de Ciências do aluno Fares Jabur Maluf, reprodução de um desenho do Livro didático trabalhado

Figura 4-Trabalho feito na Instituição de Ensino Especial APAE pela fisioterapeuta Suelen

Figura 5- Aula de Educação Física na Instituição de Ensino Especial Apae: Treinando a Coordenação Motora

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Sujeito surdo em diferentes olhares

Tabela 2-O que as escolas tem que a oferecer em sua organização

Tabela 3-Cota no mercado de trabalho

Tabela 4-Número total de discentes, docentes e discentes com deficiência da Escola Municipal Pedro Gonçalves localizada no município de Itapagipe-MG

Tabela 5- Número de crianças matriculadas na Escola Municipal Pedro Gonçalves, cidade de Itapagipe-MG de acordo com o tipo de deficiência

Tabela 6- Número total de discentes, docentes e discentes com deficiência da Escola Estadual Santo Antônio localizada no município de Itapagipe-MG.”

Tabela 7- Número de crianças matriculadas na escola Santo Antônio, cidade de Itapagipe-MG de acordo com o tipo de deficiência

Tabela 8- Número total de discentes, docentes e discentes com deficiência da Escola Estadual Alonso de Moraes Andrade localizada no município de Itapagipe-MG.”

Tabela 9- Número de crianças matriculadas na escola Alonso de Moraes Andrade, cidade de Itapagipe-MG de acordo com o tipo de deficiência

Tabela 10- Número total de discentes, docentes e discentes com deficiência da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) localizada no município de Itapagipe-MG

Tabela 11- Número de crianças matriculadas na Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) localizada no município de Itapagipe - MG de acordo com o tipo de deficiência

Tabela 12- Total de professores que concordam na inclusão da LIBRAS como disciplina (Escola Municipal Pedro Gonçalves Fundamental I)

Tabela 13- Total de professores que concordam na inclusão da LIBRAS como disciplina (Escola Estadual Santo Antônio Fundamental II)

Tabela 14- Total de professores que concordam na inclusão da LIBRAS como disciplina (Escola Estadual Alonso de Morais Andrade Ensino Médio)

Tabela 15- Total de professores que concordam na inclusão da LIBRAS como disciplina , APAE Maria Paula Ensino Especial

Tabela 16- Porcentagem referente ao resultado da pesquisa

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas e Técnicas

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	04
NOTA DO EDITOR.....	14
INTRODUÇÃO.....	14
1. HISTÓRICO E A EDUCAÇÃO DOS SURDOS EM SUA DINÂMICA CONSTITUINTE	16
1.1. História	16
1.2. Helen Keller e Anne Sullivan	26
1.3. Comunicação: Professora surda	30
2. AS LEIS E A INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE AUDITIVO	33
2.1. Leis sustentantes da inclusão do deficiente auditivo no sistema educacional	33
3. A VIVÊNCIA DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NO SISTEMA	

EDUCACIONAL ATRAVÉS DA DISCIPLINA DE LIBRAS	41
3.1. Discentes com deficiência auditiva na escola...41	
4. REGULARIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NAS SÉRIES INICIAIS.....	55
4.1. A importância da disciplina de Libras no sistema educacional.....	55
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
ANEXOS.....	69

NOTA DO EDITOR

O conteúdo aqui publicado em forma de livro digital é originário de um trabalho de conclusão de curso na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – unidade Frutal.

O Professor Ana Maria Taveira Braga contribuiu como orientador do presente trabalho, que foi defendido no curso de Geografia da instituição.

A versão impressa poderá ser consultada na Biblioteca da unidade de Frutal. Nossos parabéns ao autor pela sua postura em contribuir com a popularização da ciência e a divulgação científica ao gentilmente nos permitir publicar seu trabalho e torná-lo acessível para consulta gratuitamente na *internet*.

Professor Otávio Luiz Machado

INTRODUÇÃO

Buscando contribuir para a discussão deste tema, o presente estudo focaliza as experiências de um grupo de professores, alunos do ensino fundamental e pessoas surdas-mudas do Estado de Minas Gerais. O objetivo estabelecido é pesquisar os estudos realizados na área e também em campo a importância de toda criança ter ao menos uma introdução na língua brasileira de sinais verificando se a inclusão realmente está sendo aplicada da maneira correta, se os professores e alunos estão preparados para receberem alunos e colegas com essa deficiência e se eles acreditam que esta ideia possa realmente ajudar na inclusão. É possível garantir uma educação de qualidade para uma criança surda-muda, ela realmente pode interagir-se em um local onde ninguém ou quase ninguém consegue entender o que ela pretende ou quer falar?

Segundo Lacerda (1998), em estudos realizados por ela em relação as crianças surdas, em razão das dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, as crianças surdas encontram-se defasadas no que diz respeito à escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado para sua idade. Em uma

sociedade rotulada normal o governo faz questão de inserir matérias extracurriculares, que possa permitir ao aluno ter facilidades para interagir na sociedade como Inglês e Espanhol, até então acredito na importância da criança desde que inserida na escola ter este contato com outras línguas, mas o porquê não inserir a matéria de LIBRAS no ensino fundamental, assim o governo iria além, ajudaria as crianças surdas-mudas na inclusão e prepararia adultos mais abertos para tratar com as diversidades no dia a dia.

A parte prática do estudo foi realizada nas escolas da cidade de Itapagipe Minas Gerais onde atualmente resido, talvez por ser uma cidade de pequeno porte, no momento em que foi realizado não existia nenhuma criança com deficiência auditiva matriculada, abrangendo então para as outras deficiências encontradas nas instituições comparando e verificando o trabalho feito para que a inclusão seja realizada. O primeiro capítulo faz alusão ao Histórico e à Educação de Surdos em sua dinâmica constituinte. O segundo capítulo aborda as leis e a inclusão do aluno deficiente auditivo. O terceiro capítulo retrata a vivência da inclusão do deficiente auditivo no sistema educacional através da disciplina de Libras. O quarto capítulo alude à regularização da disciplina de Libras vinculada às séries iniciais.

1. HISTÓRICO E A EDUCAÇÃO DOS SURDOS EM SUA DINÂMICA CONSTITUINTE

1.1. História

Para entender melhor sobre a evolução e a visão da sociedade diante da comunidade surda Strobel (2009), fez diversas pesquisas escrevendo um artigo que lhe deu o nome de *A História da Educação de surdos* assim para facilitar o entendimento dos leigos sobre a cultura surda criou-se uma tabela justificando os sujeitos surdos em diferentes olhares. O segundo capítulo abarca as leis e a inclusão do aluno possuidor de deficiência auditiva.

Tabela 1 : “Sujeito surdo em diferentes olhares”.

Historicismo	História crítica	História cultural
Os surdos narrados como deficientes e patológicos.	Os surdos narrados como coitadinhos que precisam de ajuda para se promoverem, integrarem.	Os surdos narrados como sujeitos com experiências visuais.
Os surdos são categorizados em graus de surdez.	Os surdos têm capacidade, mas são dependentes.	As identidades surdas são múltiplas e multifacetadas.
A educação deve ter um caráter clínico-terapêutico e de reabilitação.	A educação como caridade, os surdos precisam de ajuda e apoio escolar, porque tem dificuldades de acompanhar o restante da turma.	A educação de surdos deve ter respeito à diferença cultural.
A língua de sinais é prejudicial aos surdos.	A língua de sinais é usada como apoio ou recurso.	A língua de sinais é a manifestação da diferença linguística-cultural relativa aos surdos.

Fonte : A História da Educação de surdos

Segundo a visão de Strobel (2009), a sociedade é dividida em três diferentes visões, a do

historicismo, onde a corrente histórica tradicional é ligada a antiguidade e as concepções sobre pessoas com deficiências serem incapazes de construir suas vidas e viver em sociedade, na visão da história crítica pode-se observar que ainda existe uma certa resistência para aceitar as dificuldades relacionadas a deficiência, mas o avanço é notado quando comparado com a visão anterior e a última seria a que vivemos atualmente, mas ainda não é a realidade cotidiana, onde qualquer pessoa tem seus direitos assegurados e sua cultura respeitada. Sabemos que atualmente existem leis que garantem os direitos e a liberdade de qualquer cidadão, mas o preconceito da sociedade ainda é imenso.

Se voltarmos aos tempos da Antiguidade e da Idade Média pode-se observar o incrível avanço em relação a qualquer visão relacionada às deficiências físicas e mentais.

Aos que realmente se interessam pela inclusão social, sabe que no passado as dificuldades das pessoas com deficiências eram imensas, hoje, diante de leis que garantem os direitos, ainda nos surpreendemos com tamanho *pré-conceito* e preconceitos gerados em decorrência de especificidades e dificuldades de alguns indivíduos.

Voltamos então para a era da Antiguidade onde as anormalidades eram classificadas como bruxarias ou castigos dos deuses, assim, conseqüentemente, eram sacrificados de maneiras desumanas logo nos primeiros dias de vida.

Inicia a história na antiguidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: “A infeliz criança era prontamente asfixiada, ou tinha sua garganta cortada, ou era lançada de um precipício para dentro das ondas”. “Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar” (BERTHIER, 1984, p.165).

Há relatos que em razão da surdez não ser percebida logo nos primeiros instantes após o nascimento e nos próximos meses demorava-se certo tempo para que conseguisse notar esta deficiência, os sacrifícios então neste caso eram quase que inexistentes há de existir poucos documentos de fontes seguras que relatam sobre esta atividade. Braddock e Parish (2001), afirmam que grandes partes dos infanticídios levados a efeito na Antiguidade Clássica davam-se, antes, por razões

econômicas. Já os sacrifícios de cariz¹ eugênico eram praticados, sobretudo, contra as crianças que traziam traços aparentes de deformidade, motivados tanto por questões funcionais ao se assumir a incapacidade do rebento para uma vida útil como por aspectos religiosos. A surdez, como uma condição pouco visível nos recém-nascidos, não costumava lhes dar o mesmo fado daqueles que logo eram percebidos como aleijados e deformados.

Ao mesmo tempo em que a surdez e outras *anormalidades* eram recebidas com gestos caridosos – sob as leis hebraicas, por exemplo, os “surdos-mudos” eram cuidados e protegidos como crianças, eles eram excluídos totalmente da vida social, acreditava-se que eram incapazes de participar das decisões políticas e muitas vezes uma das soluções encontradas pela família era o sacrifício tardio ou o abandono. Toda a sociedade então os classificava como indomesticáveis, ditos como selvagens. Entre a caridade e a rejeição, o estigma da surdez comumente deixava o indivíduo à sorte, ou à fúria dos deuses.

¹ Cariz: expressão do rosto; semblante, fisionomia.

Durante o início da formação escolar nas séries iniciais aprendemos que na Roma Antiga existia uma valorização quando o cidadão tinha facilidade com a fala, até mais que na escrita, época da descoberta dos maiores filósofos, a importância da oratória na formação de um cidadão crítico e participativo politicamente, levam a crer que à grande parte dos surdos não conseguiam manter ativos e assim restava pouco para que eles pudessem evoluir como cidadão profissionais. Segundo Capovilla, (2000), parte dos sujeitos surdos eram tidos como sub-humanos, incapazes de concretizar a finalidade política a que o homem, por sua natureza racional, destinava-se.

Por acreditar que não tinham acesso ao universo da fala os surdos eram tratados como párias – seres não educáveis, bestiais, improváveis para quaisquer atividades intelectivas. Segundo o conceito de Aristóteles de que o ouvido era o órgão mais importante para a educação, era tido como incapacitado, não humano. A ideia católica de que o homem fora criado “à imagem e semelhança de Deus” fortaleceu a marginalização dos surdos considerados não humanos. No entanto, os surdos filhos de famílias abastadas incomodaram a igreja, levando-a a tentativas de comunicar-se através de

gestos para que pudessem participar do ritos eclesiásticos e manterem suas almas imortais.

Durante a Idade Média e a Idade Moderna, novas oportunidades foram surgindo para a população surda enquanto na Antiguidade eram vistos como selvagens tidos como não educáveis, em outros passaram a contar com esforços assistenciais, caritativos e instrucionais. A curiosidade dos estudiosos da área educacional com o passar do tempo foi sendo instigada, assim foram criando métodos educacionais próprios.

Um dos mais importantes registros se trata de uma experiência educacional que foi desenvolvida pelo monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), que atuava no mosteiro beneditino de São Salvador, sendo reconhecido como o primeiro professor de surdo, onde ele conseguiu ensinar a linguagem articulada aos surdos, mas destinada apenas aos filhos surdos de ricos e nobres, os quais teriam que ter, em alguns casos, conhecimentos para administrarem os bens da família, conseqüentemente, garantindo a continuidade de seus bens. Mesmo que se tenha considerado essa experiência educacional satisfatória, rompendo-se com a lógica dominante, esta obteve pouca repercussão na época (SILVA et al, 2006).

Segundo Strobel (2009), Os primogênitos dos nobres começaram a ser educados já com o conceito revolucionário de que a das ideias não dependia da audição das palavras, pois se aprendessem a falar teriam direito a herança da família. Destacou-se também nesse período o tratado de ensino *Redação das letras e Artes de Ensinar os Mudos a Falar* do padre Juan Pablo Bonet, idealizador do alfabeto manual. Outras propostas surgiram como de Van Helmont, oralização pela língua hebraica, Jacob Rodrigues Pereira com a proposta de desmutização da visão utilizando um alfabeto digital especial e manipulação de órgãos da fala e por fim Johann Conrad Amman com o aperfeiçoamento de leitura labial.

A partir da observação de grupos de surdos, o abade de L'Epée verificou que eles desenvolviam uma comunicação muito satisfatória por meio do canal viso-gestual. Com base nesta observação, desenvolveu um método educacional, denominado de "sinais metódicos", apoiado na linguagem de sinais da comunidade de surdos. O processo de aprendizagem proposto previa que os educadores teriam que aprender os sinais com os surdos, com o objetivo de ensinarem a língua falada e a escrita do grupo socialmente majoritário, isto é, dos ouvintes

(LACERDA, 1998). Desta forma, neste período vimos surgir a Língua de Sinais, como meio de favorecer o ensino da língua falada.

De acordo com Paulo na Epístola *Aos Romanos, a fé provém do ouvir a palavra de Cristo (Ergo fides ex auditu, auditur autem per verbum Christi)* (CAPOVILLA, 2000, p. 100) –, o surdo passou de um ser sem salvação, a ser em outros momentos, objeto de evangelização e donatário de educação formal. As transformações sociais, culturais, econômicas e religiosas que permearam o período renascentista desdobraram-se em novas formas de se olhar a surdez, enredando novos pressupostos para os esforços tomados em relação aos “surdos-mudos”.

Em meados do séc. XIX havia mais de cento e cinquenta escolas na Europa e vinte e seis nos Estados Unidos que usavam a língua gestual. A educação de surdos estava em seu período de ouro. Os surdos tinham acesso à educação por meio da sua língua materna. Na Europa e na América cada vez mais alunos surdos completavam a educação básica. Foram lançados então os cursos secundários para surdos em Hartford, Nova Iorque e Paris. Os alunos surdos tiveram pela primeira vez a possibilidade de continuarem os seus estudos, tornando-se muito deles

professores de surdos. Em meados do século dezenove, metade dos professores nas escolas americanas e francesas eram surdos (hoje são uma raridade) (COELHO; CABRAL; GOMES, 2004, p.168).

No século XX finalmente o fracasso do método da oralidade pura fora notada, pois intencionava obrigar os surdos, indiferente às limitações físicas e biológicas, a se *normalizarem*, considerando os que não se adaptavam ao oralismo como *retardado*. A partir de 1970 o uso dos sinais voltou a ser aceito como manifestação linguística devido à nova metodologia da Comunicação Total, que incluem a linguagem oral e sinalizada simultaneamente. Atualmente o método mais utilizado é o Bilinguismo (Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa Escrita).

Vivemos em uma constante montanha russa, partimos da extrema ignorância onde se acreditava que era impossível domesticar um ser homossapiens que tem total poder de raciocinar e de viver em comunidade, uma criança que possuía apenas uma deficiência auditiva, assim como qualquer ser humano tem suas dificuldades no dia a dia. Tempos depois foram criados métodos específicos para que

essas crianças se desenvolvessem, hoje sabemos mesmo ainda existindo preconceito quando o assunto é deficiência ou dificuldade elevada sabemos que existem leis estruturadas que garantam os direitos e amparam qualquer que seja a deficiência, cor e religião. Os deficientes visuais, auditivos, físicos dentre outros não devem ser vistos como foi relatado anteriormente na visão da História Crítica, por Strobel (2009), mesmo que o grau de dificuldade seja superior quando comparado a de uma pessoa classificada pela sociedade como normal a capacidade de finalizar uma atividade quando comparada é igual ou com grande porcentual.

1.2 Helen Keller e Anne Sulivan

Segundo Bener (2013), Helen Keller nasceu em 1880 e, antes de completar dois anos de idade, estava cega e surda. A escarlatina a sentenciou a uma reclusão perpétua no escuro e no silêncio. Uma solitária para o resto de sua vida. Antes que tivesse tido a chance de aprender qualquer tipo de comunicação. A única que se arriscava era a filha da cozinheira, de seis anos, que passava o dia levando puxões e empurrões. Com seis anos de idade Helen era uma criança violenta. Aprisionada em seu mundo

por quatro anos não entendia sua situação nem sua própria existência. Seus pais decidiram então buscar ajuda e, com toda a precariedade da época, conseguiram passar por vários especialistas até serem encaminhados para uma escola especializada.

O diretor da escola resolveu entregar o caso para uma de suas ex-alunas: Anne Sullivan, quase cega por completo, e de apenas 20 anos. Começava então uma história de 49 anos entre Anne e Helen. No primeiro encontro Anne reparou que a menina carregava uma boneca. Segurou então a pequena mão de Helen e escreveu com o dedo na palma a palavra “b-o-n-e-c-a”. Sem saber que cada objeto tinha um nome, Helen não entendia nada e se frustrava a cada nova tentativa.

Suas reações foram ficando cada vez mais violentas, até que um dia explodiu de raiva e destruiu sua boneca. Foi então que Anne teve a ideia de colocar a mão de Helen sob a água e escrever em sua palma “a-g-u-a”. Foi como se a porta da prisão finalmente tivesse se aberto.

A partir deste dia uma obsessão tomou conta de Helen que então reconhecia uma lógica e queria aprender todas as palavras do mundo. Aprendeu inglês, francês e alemão. Anos perdidos eram recuperados com a maior velocidade possível e a

comunicação entre as duas crescia a cada dia. Anne ensinou Helen a “ouvir”, colocando seus dedos sobre sua garganta, lábios e nariz. Associava vibrações e palavras. Seu tato se desenvolveu a um patamar sofisticadíssimo, capaz de diferenciar as mais sutis diferenças. Ficou proficiente em Braille e em linguagem de sinais na palma da mão.

Aos 20, Helen escreveu uma autobiografia à mão. Ingressou no estudo formal e foi à primeira cego-surda a se formar em uma universidade. Virou ativista política, publicou 12 livros, foi condecorada pelo presidente dos Estados Unidos com a medalha da liberdade. Em 1965 entrou para o National Women’s Hall of Fame². Em 1951 sua história virou uma peça de teatro e em 1962, um filme dirigido por Arthur Penn, que conquistou 2 Oscar. Um dos únicos filmes que mantém um 100% no Rotten Tomatos, em 2000 a Disney fez um remake para televisão.

Em 1936 Anne morreu em estado de coma, com Helen segurando sua mão por todo o tempo, já Helen veio a falecer no dia primeiro de junho de 1968, aos 87 anos de idade, enquanto dormia em sua casa.

² National Women’s Hall of Fame : Salão Nacional De Mulheres Famosas

As crianças que ouvem aprendem a linguagem sem qualquer esforço especial; as palavras que caem dos lábios alheios são pegadas por elas no ar, como se diz, prazerosamente, enquanto a criança surda precisa prendê-las numa armadilha através de um lento e geralmente penoso processo. Contudo, seja qual for o processo, o **resultado é maravilhoso**. A criancinha que escuta aprende pela constante repetição e imitação. A conversa que escuta em casa estimula sua mente, sugere tópicos e faz surgir a expressão espontânea de suas próprias ideias. Essa troca natural de ideias **é negada à criança surda**. Eles acham muito difíceis dominar as amenidades da conversa. Como tal dificuldade deve aumentar no caso dos que são ao mesmo tempo cegos e surdos. Não podem distinguir o tom da voz ou, sem ajuda, subir e descer a escala de tons que dão significado às palavras, nem observar a expressão do rosto de quem fala – e um olhar é às vezes a própria alma daquilo que se diz. (KELLER, 1902, p. 62)

Sem dúvidas a história de Anne e Helen ultrapassou décadas, em razão da persistência de Anne, momento algum ela desistiu de ensinar o sentido do mundo e do seu lugar para Helen mesmo sabendo que ninguém mais acreditava no potencial a educadora continuou firme. Na pedagogia e na

licenciatura o que é necessário é o amor no lecionar e a confiança no potencial de seus alunos, seja portador de deficiência física ou mental. Lecionar é transcrever o que a alma sente e muitas vezes um simples sorriso com amor, paciência caminhando com técnicas incentivadoras transmite muito mais conhecimento e apresenta muito mais evolução que testes avaliativos.

Aprender a falar em palavras com asas que não precisavam de interpretação era um **bônus inominável** para mim. Enquanto eu falava, pensamentos felizes flutuavam de minhas palavras, os mesmos que talvez pudessem ter lutado para sair de meus dedos em vão. (KELLER, 1902, p.102).

1.3. Comunicação: Professora surda

Na cidade de Santa Luzia, em Minas Gerais, a professora Maria da Conceição Teixeira professora do ensino fundamental na escola Estadual Haas Klabin aprendeu a ler lábios para que pudesse continuar lecionando. A professora sabia que perderia sua audição em razão de uma doença hereditária, a escola fica localizada em um bairro humilde da cidade e raramente o salário passa de mil

reais, mesmo assim, ela não desistiu. Mesmo sem ouvir uma palavra do que seus alunos dizem Maria da Conceição consegue se comunicar perfeitamente com todos. Ela trabalha há 25 anos na rede estadual de Minas Gerais, na cidade de Santa Luzia.

Companheiros de trabalho e pais de alunos dizem que o rendimento da professora não tem diferença de outra, pelo contrario, Maria da Conceição relatou que depois de ter perdido a audição ela tem mais sensibilidade de entender o mundo ao redor e seus alunos, e acredita ser um exemplo para os alunos, mostrando para eles que mesmo tendo um tipo de deficiência isso não afeta a capacidade de chegar aos seus objetivos.

A opinião dos alunos é unânime, a professora é querida por todos e eles garantem que a surdez da professora não atrapalha em nada na compreensão do conteúdo apresentado. Eles relatam que se a professora não tivesse revelado para a turma a sua deficiência eles não teriam percebido.

Maria da Conceição é um exemplo que a ainda existem pessoas compromissadas com a educação, ela leciona pelo amor e pela gratidão. Mesmo com centenas de obstáculos ela não desistiu de sua profissão.

No início as pessoas estranhavam uma professora surda conseguir dar aula, mas eu dizia: confiem em mim, como eu confio em vocês. Sei que vocês vão conseguir, e eu também, ela conta.

2. AS LEIS E A INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE AUDITIVO

2.1. Leis sustentantes da inclusão do deficiente auditivo no sistema educacional

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

A Lei nº 10.098 de 2000, prevê que o Poder Público deve tomar providências no sentido de eliminar as barreiras de comunicação, para garantir aos surdos o acesso à informação, à educação, incluindo a formação de intérpretes de língua de sinais (BRASIL, 2000).

Segundo o site Brasil (2002), as escolas devem oferecer em sua organização os itens mostrados na tabela abaixo:

Tabela 2: “O que as escolas têm que oferecer em sua organização”.

1	Atividades em classe comum:
	a) com professores capacitados para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos
	b) com o apoio de professor de Educação Especial e, se for o caso, do intérprete de LIBRAS/ Língua Portuguesa, em concordância com o projeto pedagógico da instituição;
2	Serviços de apoio especializado, complementado também em salas de recursos, em turno diverso, em classes hospitalares, no atendimento domiciliar, ou outros espaços definidos pelo sistema de ensino.

Fonte: Brasil (2002)

A legislação vigente prevê que sejam consideradas as situações singulares, os perfis dos estudantes, as faixas etárias, assegurando-se o atendimento de sujeitos com necessidades educacionais especiais, a fim de que tenham oportunidade de realizar com maior autonomia seus projetos, afirmando sua identidade cultural e

promovendo o desenvolvimento social. Na perspectiva da inclusão, esses aspectos se configuram em termos de acesso gratuito ao ensino fundamental, e ao ensino médio.

Segundo Rocha (2003), só 12% das universidades federais oferece graduação em Libras, prevista em Lei. Apenas sete, das 59 universidades federais brasileiras oferecem cursos de graduação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), segundo dados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) levantados a partir do Censo do Ensino Superior 2013 (últimos disponíveis).

Sabemos que a inclusão ainda é um assunto recente, e que grande parte da população tem certa resistência quando o assunto é diferenças. Este problema vem desde a antiguidade como vimos, a deficiência era tratada como doença, aberração ou até mesmo bruxaria. Em pleno século XXI, em um país onde a diversidade cultural e racial é imensa a maioria não consegue separar o que é limitação com incapacidade, um assunto extremamente delicado quando se trata de convivência seja na escola, no trabalho, ou na comunidade. Um adulto sem conhecimento pode formar uma criança preconceituosa e limitada em suas relações.

No entanto, como todo início esses procedimentos eram falhos e não permitiam que os surdos-mudos desenvolvessem de forma justa os limitavam apenas nesses procedimentos impossibilitando a evolução social e na área de trabalho, na realidade a confusão nesses casos de igualdade e justiça pesa de forma extrema. Uma criança surda-muda ou com qualquer deficiência, que acabou de ser matriculada, no ambiente escolar, não consegue se desenvolver, se a escola não se adaptar para recebê-la. A matrícula pode ser feita com facilidade, mas a inclusão é realizada de maneira trabalhosa e determinada. Diante de relatos atuais entende-se que esses procedimentos evoluíram muito, mas ainda tem um longo caminho a ser percorrido. A cada nova situação o mundo se possibilita para novas experiências, dentro de seus limites o Brasil evoluiu e vem de forma satisfatória crescendo nessa área de inclusão.

Segundo Silva (2009), o início da inclusão no Brasil teve influência de dois eventos educacionais que discutiram o fracasso escolar. O primeiro evento, a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorreu na Tailândia em 1990. Durante esse encontro discutiu-se a necessidade do desenvolvimento de uma política educacional de qualidade, a qual

possibilitasse o atendimento efetivo a um maior número de crianças na escola. Destacou-se, também, a importância de serviços que atendessem aos alunos, tanto aqueles considerados normais, quanto aqueles com necessidades especiais.

O segundo evento, a Conferência de Salamanca, ocorreu em 1994, na Espanha. Foi durante esse evento que o conceito de escola inclusiva passou a ser discutido de forma mais sistemática. Seu principal objetivo, segundo Borges (2004), era o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, centrado no aluno, oferecendo a oportunidade de aprendizagem a todos. De acordo com a Declaração de Salamanca, estabelecida durante a Conferência, qualquer aluno que apresentasse dificuldades em sua escolarização seria considerado com necessidades educativas especiais, cabendo à escola adequar-se às especificidades de cada aluno.

Essas Conferências colocaram em pauta um assunto que demorou a ser discutido e que é de extrema importância para a sociedade, o aluno tem o direito de matricular-se e permanecer na escola, e assim, terminar os seus estudos, suas dificuldades e deficiências não deve limitar sua evolução. A questão não é acompanhar o restante da turma ou

aprender todo o conteúdo, mas sim crescer e ter oportunidades justas. As crianças surdas-mudas não vão conseguir ouvir ou falar, mas o professor pode estimular o intelectual e inseri-las na sociedade.

Segundo Dorziat (2004), considera que a inclusão social de pessoas surdas, objetivando sua participação social efetiva, depende de uma organização das escolas considerando três critérios: a interação por meio da língua de sinais, a valorização de conteúdos escolares e a relação conteúdo-cultura surda.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino devam assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. Portanto, o aluno surdo tem o direito de ser atendido pelo sistema regular de ensino. No entanto, este pode ser um processo lento, pois, a grande maioria dos professores da rede regular de ensino não está preparada para atender alunos com necessidades especiais.

Segundo Schwartzman (*apud* SILVA, 2000, p.39), os professores do ensino regular não têm sido preparados para a tarefa de lidar com crianças com necessidades educativas especiais e sem este preparo,

por melhor que seja o método utilizado, as chances de sucesso são muito limitadas.

Assim, como nas instituições de ensino, pessoas com necessidades especiais têm direitos de serem introduzidas na área de trabalho, sendo que seus lugares são garantidos, segundo o ministério do trabalho e emprego (Brasil, 2007, p.20) a legislação estabelece a obrigatoriedade de empresas com cem (100) ou mais empregados preencherem uma parcela de seus cargos com pessoas com deficiência.

A reserva legal de cargos é também conhecida como lei de cotas (art. 93 da Lei n° 8213/91). A cota depende do número de empregados que a empresa tem no seu quadro, na seguinte proporção, conforme estabelece o art. 93 da Lei n° 8213/91:

Tabela 3: “Cota no mercado de trabalho”

Empresa	Quantidade de empregados	Porcentagem referente a cota de deficiência
I	100 a 200 empregados	2%
II	201 a 500 empregados	3%
III	501 a 1000 empregados	4%
IV	1001 empregados em diante	5%

Fonte:

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11345588/artigo-93-da-lei-n-8213-de-24-de-julho-de-1991>

3. A VIVÊNCIA DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NO SISTEMA EDUCACIONAL ATRAVÉS DA DISCIPLINA DE LIBRAS

3.1 Discentes com deficiência auditiva na escola

A fim de vivenciar e conseguir ir mais o fundo no assunto foi realizada uma pesquisa onde professores e alunos participaram dando suas opiniões e depoimentos em relação a implantação da Língua Brasileira de Sinais como disciplina e como o processo de inclusão é realizado. A pesquisa foi organizada da seguinte forma, foi realizada uma divisão em três fases onde será verificada a capacitação dos profissionais da área de ensino em relação ao acompanhamento de crianças com deficiência, como são solucionadas as questões que são geradas no dia a dia e também é questionada a inclusão destes alunos com deficiência nas três fases escolar, Ensino Fundamental 1, Ensino Fundamental 2 , Ensino Médio e Ensino Especial que seria a APAE. O primeiro contato foi com a Escola Municipal Pedro Gonçalves de ensino fundamental

(1º ao 5º ano), a segunda na Escola Estadual Santo Antonio de ensino Fundamental e Escola Estadual Alonso de Moraes Andrade de Ensino Médio, e a terceira e última na APAE Maria Paula que então seria a de ensino Especial e Especializado, todas as instituições estão instaladas na cidade de Itapagipe Minas Gerais.

No primeiro contato pude observar a forma com que as escolas tanto estaduais quanto municipais trabalham com as crianças especiais, é notada a presença de um profissional ao lado da criança auxiliando-os durante as aulas com o conteúdo. Durante o intervalo, recreio ou aulas fora da sala de aula como as na sala de vídeo ou educação física o controle é realizado a distância. Mesmo com a ajuda do conteúdo em alguns momentos, nota-se que a socialização e até mesmo a comunicação da criança especial possui certa dificuldade. A falta de preparação dos alunos com a situação de uma pessoa considerada vulnerável ou incapaz de acompanhar a turma os deixa inseguros e intimidados. Por essa razão creio que deve existir uma preparação desde as séries iniciais para os alunos, assim iria facilitar o contato seja direto ou indireto com as diferenças e/ou deficiências, não causaria nenhum tipo de constrangimento, se essas turmas fossem trabalhadas

desde o início com a ideia de que uma criança deficiente possa acompanhar e conviver normalmente, ou se o contato com a LIBRAS já tivesse sido trabalhada antes como o português ou língua estrangeira, os alunos não estranharia ou teriam essa resistência quando o assunto é diferenças.

Na escola Municipal Pedro Gonçalves, dirigida pela professora de Matemática Cida Melo, na instituição atualmente não existe nenhuma criança surdo/mudo, a direção constatou que em 2009 houve a presença de uma criança surda, porém hoje ela não está mais na cidade, A. C. A. de sete anos segundo a diretora foi diagnosticado pelo exame da orelhinha, seus pais sempre se demonstraram atenciosos e amorosos com a criança, sua mãe sempre levou e buscou e se preocupava com o rendimento escolar e a inclusão da filha, A. C. ficou um curto período na escola e teve dificuldades notadas por toda a direção em se socializar e se comunicar.

Ela tinha que apontar e gungunar! Percebíamos o sofrimento dela e o de quem ela tentava se comunicar. Concluiu a Diretora.

A. C. no seu pouco tempo não teve nenhum suporte educacional, o máximo que a escola conseguia fazer era tentar adivinhar e evitar que algo faltasse para menina. Foi relatado pela diretora que

ela apenas apontava e gagueava quando queria algo, a criança foi logo transferida para outra cidade.

Itapagipe não tem nenhum suporte, creio que a introdução de LIBRAS nas séries iniciais seria um projeto esplêndido, trabalho na área da educação há 32 anos e posso garantir que nunca tinha visto um projeto assim, além de preparar todos que trabalham no ambiente escolar, prepararia as crianças também, não apenas se chegasse algum aluno com este tipo de deficiência mais para a vida, para o mercado de trabalho.

Hoje a escola no período vespertino trabalha com uma criança deficiente física e mental Alexandre Meirelles Cabral de onze anos diagnosticado com paralisia cerebral, filho de Eduardo Cabral e Wilma Meirelles Cabral. Alexandre consegue acompanhar sua classe de forma simbólica, com a ajuda constante de um profissional, a direção relatou que o aluno recebe atividades diferenciadas do restante em razão de seu intelecto e dificuldades físico motora.

As crianças sem maldade acabam o excluído, a maioria não tem contato com outras crianças deficientes e algumas vezes em casa os pais não têm

tempo de conversar e explicar o que é ser diferente e especial. Relatou a diretora da escola.

Ela disse também que conseguir um acompanhante para essas crianças especiais que precisam de um suporte é tranquilo, a maior dificuldade é quando chega alguém surdo/mudo, é realmente constrangedor, não existe nenhum profissional na cidade que conheça e domine a linguagem de sinais, existem vários profissionais inclusive a maioria está atuando, fizeram cursos de capacitação de acompanhantes, mas que domine a LIBRAS atualmente ela desconhece.

Tabela 4: “Número total de discentes, docentes e discentes portadores de deficiência da Escola Municipal Pedro Gonçalves localizada no município de Itapagipe-MG.”

Total de alunos.	309
Total de alunos com deficiência.	1
Total de professores.	33

Fonte: Maria Paula Souza Silva

Tabela 5: Número de crianças matriculadas na Escola Municipal Pedro Gonçalves, cidade de Itapagipe-MG de acordo com o tipo de deficiência”.

Caracterização da população atendida	Número de crianças.
Crianças consideradas saudáveis	308
Deficiência mental e física (múltipla)	1

Fonte: Maria Paula Souza Silva

Na segunda fase da pesquisa, realizada na Escola Estadual Santo Antonio de ensino fundamental dirigida atualmente por Magda Jabur Maluf, onde a mesma relatou que no momento não esta com nenhum aluno surdo/mudo matriculado, mas tem o caso da aluna J. M., ela frequentava o 9º ano e possuía baixa audição.

Na minha passagem como diretora não houve nenhuma criança com essa característica. Mas J. M. chegou aqui escutando pouco, demos uma introdução sobre libras mais logo ela colocou o aparelho para dar suporte e então ela está escutando normalmente. Relatou a diretora.

A aluna acompanha a sala normal sem nenhuma dificuldade, depois de colocar o aparelho ela disse que sua vida melhorou muito e que agora ela se sente mais segura. J. M. não disponibiliza de nenhum tipo de acompanhamento especial fornecido pela escola.

Da mesma forma da escola municipal, A escola Santo Antonio disponibiliza que um acompanhante por criança que necessite, entre eles dois se destacam mais por sua dependência em relação a companhia. O primeiro é do 7º ano, possuiu deficiência física, M. F. não consegue movimentar o corpo, assim sua acompanhante realiza as cópias das matérias, mas em provas é o próprio aluno que realiza.

O aluno M. F. é muito capaz, tem muita dificuldade na escrita mais como ele é uma criança muito esforçada ele consegue quando precisa e quer. Seu intelectual é perfeito. Disse Patrícia, a acompanhante.

O segundo é um aluno do 8º ano, Fares Jabur Maluf, o aluno possui grau elevado de autismo e sempre foi acompanhando desde quando entrou na escola, ele nunca frequentou a APAE. São realizados trabalhos e provas distintas as do restante da turma.

Eu sempre o acompanhei, tivemos uma sorte e tanta, cada ano que passa a gente tem uma ligação e um respeito mais forte pelo outro. Ele é um menino inteligente, adora desenhos, estimulamo-lo com as coisas que ele sente prazer. Disse Marciana, a acompanhante do menino.

Por ser ensino fundamental percebe-se que os alunos tem mais facilidade em relação a deficiências e diferenças, não deixando de existir certa resistência de uma parte. A exclusão não é nítida, mas a falta de respeito e paciência existem entre os colegas.

Deixamos livres nos horários alternativos, sabemos que esse é o modo certo, tem gente que tem medo outras um nojo bem lá no fundo que nunca, nunca vai assumir. Disse Magda.

Hoje a escola fornece ensino de qualidade para todos. A inserção não resolve em nada a vida de uma criança ou adolescentes, o que ela realmente precisa é de inclusão e convivência para que ela possa evoluir como pessoa e em seu intelecto.

Neste ano a escola esta colocando em prática o Projeto Pedagógico onde o aluno com dificuldades em matérias específicas ou que os pais tem baixa renda e enquanto estão no trabalho seus filhos não tem lugar fixo e estruturado para ficar, são

matriculadas no Projeto Pedagógico Integral, onde os alunos estudam no seu horário de aula normal e no outro são disponibilizados oito professores para atender as dificuldades e dúvidas nas matérias aplicadas ou instruí-los em atividades.

Tabela 6: “Número total de discentes, docentes e discentes com deficiência da Escola Estadual Santo Antônio localizada no município de Itapagipe-MG.”

Total de alunos.	890
Total de alunos com deficiência.	22
Total de professores.	38 professores + 8 professores do projeto pedagógico

Fonte: Maria Paula Souza Silva

Tabela 7: “Número de crianças matriculadas na escola Santo Antônio, cidade de Itapagipe-MG de acordo com o tipo de deficiência”.

Caracterização da população atendida	Número de crianças.
Crianças consideradas saudáveis	868
Deficiência intelectual	12
Deficiência física	1
Deficiência auditava e ou baixa audição	1
Autista	3
Outros	5

Fonte: Maria Paula Souza Silva

A terceira fase da pesquisa foi realizada no ensino médio, na escola Estadual Alonso de Moraes Andrade, dirigida pela professora de Matemática Adriana Menezes Ferreira Vieira.

Atualmente a escola atende um total de 12 adolescentes com algum tipo de deficiência. Quando comparada com as outras duas escolas, pode observar que na Escola Alonso a dificuldade e o grau de necessidade de um acompanhamento são menores,

as deficiências são consideradas leves, por essa razão não há esse serviço prestado no momento.

Acredito que não há necessidade de acompanhante, mas estamos tentando fazer a lei valer aqui também. Para cada criança deficiente a direção pode retirar da sala três alunos considerados saudáveis. Se uma sala tem 40 alunos, entre eles dois deficientes, por lei que naquela sala permaneça apenas 34 alunos. Relatou a diretora Adriana.

Segundo o site *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, este projeto já foi implantado no estado e já está funcionando em algumas escolas paulistas, a ideia do Deputado Carlos Giannazi do partido PSOL, onde autoriza o Poder Executivo a limitar o número de alunos nas salas de aula do ensino fundamental e médio que têm matriculados alunos com necessidades especiais. Ficou estabelecido então pela LEI Nº 15.830, DE 15 DE JUNHO DE 2015, onde no estado de São Paulo entrara em vigor no início de 2016. No estado de Minas Gerais existe um projeto bem semelhante, mas ainda não foi oficializado.

Tabela 8: “Número total de discentes, docentes e discentes com eficiência da Escola Estadual Alonso de Moraes Andrade localizada no município de Itapagipe-MG.”

Total de alunos.	439
Total de alunos com deficiência.	12
Total de professores.	20

Fonte: Maria Paula Souza Silva

Tabela 9: “Número de crianças matriculadas na escola Alonso de Moraes Andrade, cidade de Itapagipe-MG de acordo com o tipo de deficiência”.

Caracterização da população atendida	Número de crianças.
Crianças consideradas saudáveis	337
Deficiência mental	-
Deficiência física	1
Deficiência auditava	-
Deficiência Intelectual	10
Baixa Visão	1

Fonte: Maria Paula Souza Silva

A quarta e última fase foi no ensino Especial APAE Maria Paula de Itapagipe dirigida pela professora Izabel Vasconcelos, a instituição trabalha com 30 alunos sendo portadores das mais diferentes deficiências, sem dúvidas essa foi a mais diversificada dentre as fases anteriores, na instituição ninguém se preocupa em estar apenas inseridos, todos estão mais do que incluídos, se comportam como se fossem irmãos e independente das diferenças eles se amam e se respeitam, dando uma verdadeira lição de vida para todos. No momento a instituição não atende nenhum aluno surdo/mudo.

Nossa última aluna que tivemos hoje está casada e com filhos, ela se alfabetizou aqui com a gente. Na época vinha uma professora de libras da cidade de Frutal. Ela não frequentou o ensino regular normal, os pais tinham medo dela não se adaptar, eu os entendo. As escolas não estão preparadas para receber estes alunos, na teoria podem até estar, mas na prática não. Disse a diretora Izabel.

Tabela 10: “Número total de discentes, docentes e discentes com deficiência da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) localizada no município de Itapagipe-MG.”

Total de alunos.	30
Total de professores.	10

Fonte: Maria Paula Souza Silva

Tabela 11: Número de crianças matriculadas na Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) localizada no município de Itapagipe-MG de acordo com o tipo de deficiência”.

Caracterização da população atendida	Número de crianças.
Deficiência mental	7
Deficiência intelectual	3
Autista	3
Síndrome X Frágil	3
Síndrome de Down	4
Deficiências Múltiplas	10

Fonte: Maria Paula Souza Silva

4. REGULARIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NAS SÉRIES INICIAIS

4.1 A importância da disciplina de Libras no sistema educacional

Como a disciplina de Línguas Estrangeira (LE) é importante na formação de um cidadão, a introdução da Língua Brasileira de Sinais também ajudaria muito na construção de um cidadão participativo na comunidade e consciente em relação às diferenças.

Com o ensino da LIBRAS os alunos aprenderiam o básico da comunicação dos surdos e assim, estariam mais familiarizados quando for incluído um aluno ou futuramente um colega de trabalho.

No Brasil, o ensino oficial de línguas estrangeiras teve início em 1837, com a criação do Colégio Pedro II.

As línguas modernas ocuparam então, e pela primeira vez, uma posição análoga à dos idiomas clássicos, se bem que ainda fosse muito clara a preferência que se votava ao latim. Entre aquelas figuravam o francês, o

inglês e o alemão de estudo obrigatório, assim como o italiano, facultativo; e entre os últimos apareciam o latim e o grego, ambos obrigatórios. Chagas (1976, p.105)

O ensino de língua inglesa tinha o objetivo de qualificar os profissionais para o mercado de trabalho da época com o desenvolvimento do país advindo das relações com outros países, especialmente a Inglaterra, cuja influência era grande sob o Brasil (PUC-RIO, 2009).

A possibilidade de oferecer aos alunos contato com uma nova cultura a fim de fazê-los compreender a sua e a do outro, para assim agir no mundo sob uma perspectiva crítica.

A disciplina imposta, Língua Brasileira de Sinais não teria um objetivo muito distante, antes de nos comunicar com outras culturas seria essencial que conhecêssemos a nossa própria cultura de um modo diferente, os surdos dentro da própria língua Brasileira criaram um modo de se comunicar que foi reconhecida pela Nação brasileira como a Língua Oficial da Pessoa Surda, com a publicação da Lei nº 10.436, de 24-4-2002 e a Lei nº 10.098, de 19-12-2002.

Diante desse direito conseguido graças à luta e persistência das pessoas com deficiência auditiva é importante vermos uma evolução desta conquista. O mercado de trabalho está cada vez mais exigente e com leis mais rigorosas, como vimos anteriormente existe uma cota onde o Ministério do Trabalho inclui uma porcentagem de pessoas com deficiente de acordo com o número de empregados registrados na empresa, em um cargo normal não é necessária à convivência com pessoas de outro país ou falar fluentemente a LE, mas a necessidade de conviver com diversidades. Assim se fosse incluído a disciplina nas series iniciais todos já teriam um contato menos que mínimo facilitando o convívio e a comunicação.

As aulas seriam dadas uma vez por semana, assim como é trabalhado disciplinas como sociologia, filosofia, língua estrangeira, teria provas e carga horária como qualquer disciplina, de forma que não perderia sua importância, mas também não desequilibrariam em relação as outras matérias tais como português, matemática entre outras.

As opiniões foram colhidas nas escolas em que foram realizadas as pesquisas, foi apresentado um cronograma onde uma nova disciplina seria inserida na grade curricular. A disciplina LIBRAS, teria o

objetivo de fazer com que as crianças e jovens tenham um contato com as diversidades e aprendam a respeitar as diferenças, além de prepará-los para o mercado de trabalho.

O principal motivo para a escolha “neutro” durante a pesquisa era que alguns professores acreditam que esta matéria não seria de tanta importância e não ajudaria tanto na inclusão, chegam a citar a falta de profissionais e nos custos que seriam gerados para essa modificação.

Tabela 12: “Total de professores que concordam na inclusão da LIBRAS como disciplina (Escola Municipal Pedro Gonçalves Fundamental I)”.

Total de Professores	Acha necessário	Não acha necessário	Neutro
33	31	0	2

Fonte: Maria Paula Souza Silva

Tabela 13: “Total de professores que concordam na inclusão da LIBRAS como disciplina (Escola Estadual Santo Antonio Fundamental II)”.

Total de Professores	Acha necessário	Não acha necessário	Neutro
46	45	0	1

Fonte: Maria Paula Souza Silva

Tabela 14: “Total de professores que concordam na inclusão da LIBRAS como disciplina (Escola Estadual Alonso de Moraes Andrade Ensino Médio)”.

Total de Professores	Acha necessário	Não acha necessário	Neutro
20	20	0	0

Fonte: Maria Paula Souza Silva

Tabela 15: “Total de professores que concordam na inclusão da LIBRAS como disciplina , APAE Maria Paula Ensino Especial”.

Total de Professores	Acha necessário	Não acha necessário	Neutro
10	10	0	0

Fonte: Maria Paula Souza Silva

Tabela 16: “Porcentagem referente ao resultado da pesquisa”.

Total de Professores (%)	Acha necessário (%)	Não acha necessário (%)	Neutro
100%	97,25 %	0%	2.75%

Fonte: Maria Paula Souza Silva

CONCLUSÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, com a coleta de dados e, a leitura de artigos, dissertações, livros. Existe dificuldade em se abordar a temática escolhida: a inclusão de crianças e adolescentes surdos-mudos, e sobre a Língua Brasileira de Sinais tendo como projeto a inclusão da mesma como disciplina do ensino básico, destacando a falta de bibliografia sobre o tema proposto para esse trabalho por ser de difícil abordagem a problemática da inclusão do surdo na educação.

Antes de iniciar o curso de geografia nunca tinha parado para pensar nas dificuldades em que uma criança especial enfrenta para frequentar a escola como uma criança normal. Quando iniciei a disciplina de Educação Especial, ministrada pela prof.^a Ana Maria Taveira Braga comecei então a me colocar no lugar dessas pessoas e percebi que existem muitos métodos que podem ser implantados ou melhorados. A pesquisa foi importante para esclarecimento pessoal em relação aos conhecimentos sobre os direitos legais de poder estudar em ensino regular, ter a garantia de que o ensino seja ministrado para melhor compreensão.

Outro ponto importante foi o conhecimento das escolas da cidade de Itapagipe onde mora já há 10 anos, o compromisso e o carinho com que os alunos são tratados.

O projeto da implantação seria um sonho que talvez algum dia possa ser realizado, onde as crianças surdo-mudo teriam mais igualdade e facilidades quando introduzir na escola ou até mesmo na fase adulta.

Vimos que desde a história da antiguidade as pessoas com quaisquer tipo de deficiência era negada pelo restante, assim como foram criadas as cotas para diminuir o peso que carregamos pela falta de humanidade, a melhoria da organização escolar seria também a parcela de uma dívida, onde ferimos com a ignorância e o preconceito das pessoas. Assim o presente trabalho buscou apresentar o ponto de vista e os principais acontecimentos na história e no dia a dia dessas crianças que são especiais de alguma forma.

Assim como foi apresentado no terceiro capítulo, ainda existem pessoas que criam certa resistência em relação às diversidades, hoje talvez a grande maioria se esconda por medo do que a sociedade pode achar, ser *careta, está fora de moda*,

não aceitar é ser ultrapassado, o preconceito não é coisa de gente que tem caráter.

Apesar de todas as barreiras, só quem convive ou conviveu com uma pessoa especial sabe da luta e da força dessas pessoas permanecerem lutando por seus direitos, e aqueles que por algum motivo foi desrespeitado ou se sentiu inferiorizado por alguém, não deixe de procurar seus direitos, todos nós temos deveres mais os direitos estão aí para nos proteger de tanta gente inteligente que não passam de ignorantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Assembleia Legislativa do estado de São Paulo:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-15830-15.06.2015.html>.

BENNER, Wagner; A incrível historia de Hellen Keller e Anne Sullivan. Disponível em <<http://www.updateordie.com/2013/08/19/a-incrivel-historia-de-hellen-keller-e-anne-sullivan/>>. 2013. Acesso em 12/09/2015.

BERTHIER, Ferdinand; Um pouco mais da história da educação dos surdos. Disponível em <http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10175/ssoar-etd-2006-2-nascimento-um_pouco_mais_da_historia.pdf?sequence=1> 1984. Acesso em 12/09/2015

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em **Projeto Escola Viva:** Garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais: vol. 5 e 6. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

CAPOVILLA, Fernando. Filosofias educacionais em relação ao surdo: Do oralismo à comunicação

total ao bilinguismo. Disponível em Revista Brasileira de Educação Especial, São Paulo, v.6, n.1, 2000, p. 99-116.

CHAGAS, R.V.C. **Didática especial de línguas modernas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

COELHO, Orquídea; CABRAL, Eduardo; GOMES, Maria do Céu. **Formação de Surdos: ao encontro da legitimidade perdida**. Disponível em Educação, Sociedade & Culturas, Porto, n. 22, 2004, p. 168.

DORZIAT, Ana. **Educação e surdez: o papel do ensino na visão dos professores**. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/2154/1806>> 2004, Acesso em 12/09/2015

GUARINELLO, A. C. et al. **A inserção do aluno surdo no ensino regular: Visão de um grupo de professores do Estado do Paraná**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.12, n. 3, Set./Dez.2006.

http://www.cultura-sorda.eu/resources/Reconocimiento_LIBRAS.pdf

KELLER, Helen; **A história de minha vida**. Disponível em Livro p. 53-54

LACERDA, C.B.F.de. **A prática fonoaudiologia frente às diferentes concepções de linguagem**. Revista Espaço, Instituto de Educação de Surdo, v.10, p.30-40, 1998.

LACERDA, Cristina Silva. **A inclusão escolar de alunos surdos:** O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>>. Acesso em 03 de julho de 2015.

LACERDA, Cristina Silva. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101->. Acesso em 04 de julho de 2015.

MESTRES DO BRASIL. **Professora surda aprende a ler lábios por amor à profissão.** Disponível em <<http://rederecord.r7.com/video/mestres-do-brasil-professora-surda-aprende-a-ler-labios-por-amor-a-profissao-4dbebe523d31329ecc7317f8/>> Acessado em 17/09/2015.

MESERLIAN, Kátia Tavares e VITALIANO, Célia Regina. **Análise sobre a trajetória histórica da educação dos surdos.** Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3114_1617.pdf>. IX Congresso Nacional de Educação 2009, p. 3737. Acesso em 07/09/2015

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. **A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho.** Disponível em: <

http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812CCDAEDE012CD0A2B79F70B3/inclusao_pessoas_defi12_07.pdf> Acesso em 04 de julho de 2015

RECHICO, C.F.; MAROSTEGA, V.L.(Re) **pensando o papel do educador especial no contexto da inclusão de alunos surdos.** Revista do centro de Educação. V.19, p.1-5, 2002.

RIJO, Marcos Giovane. **A inclusão de alunos surdos nas escolas Públicas de passo fundo.** Disponível em <http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201007111045971marcos_giovane.pdf>. Acesso em 04 de julho de 2015.

ROCHA, Renata; **Instituto Nacional de Educação de Surdos**, Disponível em Arquivo Pessoal, Jornal O GLOBO, 2003, p. 6.

SENADO FEDERAL Senador EDUARDO AZEREDO. **Língua Brasileira De Sinais “Uma Conquista Histórica”.**

SILVA, Marisa C. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores de classes inclusivas.** Disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/monografia_marisa_c_silva.pdf>. Acesso em 04 de julho de 2015

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em
<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificadaHistoriaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>, 2009 p. 32. Acesso em 07/09/2015

7. ANEXOS

Figura 1: “Aluno Alexandre Meirelis Cabral, exemplo da inclusão realizada na escola Municipal Pedro Gonçalves”.



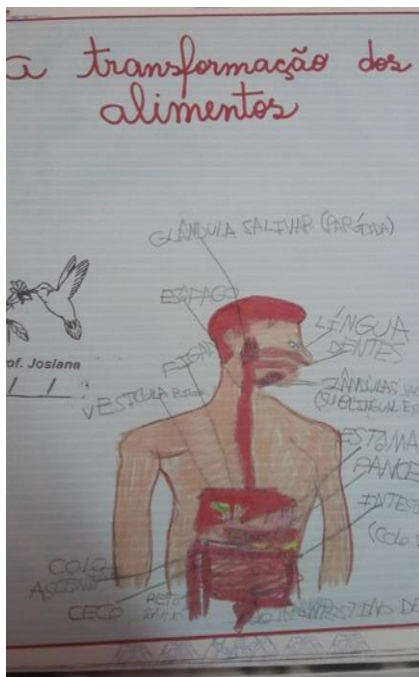
Fonte: Maria Paula Souza Silva

Figura 2: “Aluno Fares Jabur Maluf no intervalo da Escola Estadual Santo Antônio, a foto foi tirada quando o aluno ingressou na instituição de ensino fundamental 2”.



Fonte: Maria Paula Souza Silva

Figura 3: “Prova de Ciências do aluno Fares Jabur Maluf, reprodução de um desenho do Livro didático trabalhado”.



Fonte: Maria Paula Souza Silva

Figura 4: “Trabalho feito na Instituição de Ensino Especial APAE pela fisioterapeuta Suelen”.



Fonte: Maria Paula Souza Silva

Figura 5: “Aula de Educação Física na Instituição de Ensino Especial Apae: Treinando a Coordenação Motora”.



Fonte: Maria Paula Souza Silva



Editora Prospectiva